



Iniciativa

Trajetórias Escolares

Desigualdades e Diversidades

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania
Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar



Iniciativa
Trajetórias
Escolares
Desigualdades e Diversidades

Brasília, 2018

Sumário

Apresentação	06
Contexto de criação da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades	10
Caracterização de crianças e adolescentes beneficiários(as) do Programa Bolsa Família (PBF)	14
A Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades	19
Plataforma Acompanhamento de Trajetórias Escolares: dando visibilidade às ações da Iniciativa	24
Considerações Gerais	31
Referências	33
Anexo - Programa Bolsa Família (PBF)	35

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania
Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar

Ministério da Educação
Rossieli Soares da Silva

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Júlio Cesar Meireles de Freitas

Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania
Daniel de Aquino Ximenes

Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar
Simone Medeiros

Equipe Técnica
Eliciano Pinheiro da Silva
Ismael Guimarães da Silva
Joana Darc de Castro Ribeiro
Leonardo Junges Borgmann Sant'ana

Secretaria Técnica
Marcília Delgado

Concepção da Iniciativa Trajetórias Escolares Desigualdades e Diversidades
Daniel de Aquino Ximenes - Secadi/MEC
Simone Medeiros - Secadi/MEC
Roseli Zen Cerny - Lantec/CED/UFSC
Francisco Fernandes Soares Neto - Lantec/CED/UFSC

Colaboradores
Janio de Souza Alcantara
Elis do Nascimento Silva - Lantec/CED/UFSC
Elisa Maria Quartiero
Elizandro Maurício Brick - Lantec/CED/UFSC
Nilza Godoy Gomes - Lantec/CED/UFSC
Zenilde Durli - Lantec/CED/UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Centro de Ciências da Educação - CED
Laboratório de Novas Tecnologias na Educação - LANTEC
Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades

Coordenação

Elizandro Maurício Brick
Francisco Fernandes Soares Neto
Roseli Zen Cerny

Supervisão

Guilherme Chiappa
Gustavo Oliveira Wolf Cavalcante
Larissa Malu dos Santos
Pamela Angst
Wellington Fernandes Silvano

Design Educacional

Ana Luíza Casasanta Garcia
João Paulo Roberti Junior
João Vinicius Bobek
Elis do Nascimento Silva
Fabienne Cunha

Revisão Textual

Brenda Pires
Cláudio Fernando S. Borrelli
Débora Machado Gonçalves
Evillyn Kjellin

Design Gráfico

Ana Letícia Oliveira do Amaral
Brunna Casagrande
Bruno Abatti
Diego França Vieira
Ketlin Souza Nunes
Leticia Marques Alves
Marina Moreira Moraes
Thais Paiola Camata

Ilustração

Eduardo Eising
Leonardo Oliveira Cordeiro
Matheus Amarante

Fotografias

Lúcia Helena Lenzi
Soninha Vill

Programação

David Mota de Noronha
Diego Mello
Hyann Carlos Silveira
Jorge Almeida Bastos Junior
Mateus Nunes Cechetto
Pablo Thobias Braz Carminatti
Ricardo Walter Hildebrand



Apresentação

A busca pela garantia do direito à educação tem ancorado políticas públicas e diretrizes nacionais para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, que considerem os direitos à igualdade e à diversidade dos estudantes em todo o País e viabilizem o acesso pleno à Educação Básica obrigatória e gratuita, a exemplo das metas do **Plano Nacional de Educação (PNE)**, sancionado em 2014; das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) e suas modalidades de ensino. Merece destaque ainda a Constituição Federal (1988), em seus artigos 205, 206 e 208, que trata da educação como direito de todos e dever do Estado e da família, dos princípios relacionados ao que se almeja como modelo de ensino e do dever do Estado com a educação, respectivamente.

Metas do PNE (Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014, no que se refere à universalização)

Meta 1: universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 2: universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>>

No entanto, a garantia do direito à educação, ainda, constitui-se como um enorme desafio para os sistemas escolares, para os governos e para a sociedade em geral, apesar dos avanços registrados nas últimas décadas, sobretudo no que se refere às políticas de combate à desigualdade, à discriminação e à intolerância, bem como à cultura da paz. Mas é preciso avançar nas políticas que, fundadas no direito à igualdade, reconheçam o direito às diferenças, tendo em vista que as políticas universais se entrecruzam com o desafio da equidade.

A **Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades**

surge da constatação de que a maioria das crianças e dos(as) adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos, que está fora da escola ou em risco de **exclusão escolar** (repetência, abandono e evasão escolar)¹ integra os 25% da população mais pobre do País e corresponde àqueles(as) que têm apresentado maior dificuldade de progressão e conclusão dos estudos na idade adequada.

Segundo dados do Censo Escolar de 2017, a taxa de reprovação no 3º ano do Ensino Fundamental é de **9,7%** no Brasil. No 1º ano do Ensino Médio chega a **15,8%**.

Fonte: INEP 2017

Veja **anexo** o documento que trata do funcionamento do **PBF**.

Constata-se que essas populações compreendem as mesmas consideradas nas políticas de inclusão da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC) e, mais especificamente, aquelas que são beneficiárias do **Programa Bolsa Família (PBF)**, sobretudo por representarem as camadas mais pobres da população do País.

¹ Para os dados apresentados sobre 2017, utilizou-se a Sinopse Estatística da Educação Básica desse ano, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Elaborada anualmente pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed), a Sinopse Estatística traz um resumo dos principais dados coletados no Censo Escolar. Para referenciá-la – assim como outras sinopses divulgadas ao longo do ano de 2018 – há remissão à página no Portal do MEC, onde foi divulgado o dado.

A Secadi/MEC é responsável pelo acompanhamento da frequência escolar de 16,7 milhões de crianças e adolescentes em situação de pobreza, beneficiários(as) do PBF, sendo realizado esse monitoramento através do Sistema Presença (BRASIL, 2016). Esse acompanhamento se realiza ao longo de cinco períodos do ano e envolve uma rede de mais de 56 mil profissionais da educação, em todos os estados, DF e municípios do País. Nos casos em que crianças e adolescentes não cumprem a frequência escolar mínima, a instituição escolar informa os motivos de baixa frequência que, em geral, estabelecem relações com a violação do direito à educação.

Os dados e informações produzidos no âmbito do acompanhamento dos(as) beneficiários(as) do PBF representam importantes diagnósticos socioeducacionais e territorializados que podem subsidiar o poder público na busca de soluções para o enfrentamento de fenômenos educacionais como a repetência, o abandono e a evasão escolar. Nesse contexto, a proposta da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades, desenvolvida pela Secadi/MEC, por meio da Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania e da Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar (DPEDHUC/CGAIE), tem como propósito o enfrentamento desses desafios.

Objetivo Geral

A formulação e implantação da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades tem a finalidade de **refletir, discutir e enfrentar os principais fatores** (repetência, abandono e evasão escolar) **que têm dificultado o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada** de crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos de idade, em situação de pobreza, beneficiários(as) do PBF.

Participantes

Essa Iniciativa destina-se aos **profissionais da educação** e aos **gestores de políticas sociais**.

Professores;
coordenadores pedagógicos;
gestores escolares;
dirigentes municipais, estaduais e federais;
pesquisadores; e outros.



Contexto de criação da Iniciativa

É inegável que nas últimas décadas vivenciamos no Brasil a quase universalização da Educação Básica. Contudo, o acesso de crianças e adolescentes na escola não veio devidamente acompanhado da garantia de qualidade da educação, o que acarreta desafios aos setores envolvidos diretamente na oferta da educação e dentro dela. Constatase que o **desinteresse e a desmotivação** pelos estudos estão entre os motivos mais recorrentes de baixa frequência escolar dos(as) beneficiários(as) do PBF. No ano de 2017, ao analisar os cinco períodos de coleta de dados do ano, observa-se que esse motivo foi o terceiro com mais índice de registro de baixa frequência escolar. Esse fato sinaliza para a necessidade da escola atentar para as causas que têm produzido esse fenômeno e os seus desdobramentos. Entre outros enfrentamentos, há a necessidade de se criar planos e estratégias que favoreçam a permanência e a conclusão dos estudos de todas as crianças e adolescentes na idade adequada e com qualidade socialmente referenciada.

Segundo dados do Censo Escolar de 2017, 48,6 milhões de estudantes estão matriculados na Educação Básica. Desses, 27,3 milhões estão no Ensino Fundamental e 7,9 milhões estão no Ensino Médio.

Fonte: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>

Desse universo, na faixa etária de 6 a 14 anos, 1,3 milhão dos estudantes estava em atraso escolar (**distorção idade-série**) e 113 mil estavam fora da escola. A distorção idade-série, segundo os dados coletados em 2017, foi de 28,2% no Ensino Médio e de 18,1% no Ensino Fundamental. No Ensino Médio, que deveria ser cursado por pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos, se encontravam matriculados quase 2 milhões de estudantes que apresentavam distorção idade-série e os dados indicavam que 1,3 milhão de estudantes nessa faixa etária estava **fora da escola**.

Distorção idade-série refere-se à proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar de uma escola, em cada série, com idade superior à idade recomendada (Inep, 2017, p. 7).

Fonte: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=65921>>

Segundo dados do Censo Escolar de 2017, no 3º ano do Ensino Fundamental 89,5% das crianças foram aprovadas, 9,7% foram reprovadas e 0,8% abandonaram a escola. Com relação ao 6º ano, 84,5% de crianças foram aprovadas, 12,7% reprovados e 2,8% abandonaram a escola. No Ensino Médio, 83,1% foram aprovados, 10,8% reprovados e 6,1% abandonaram a escola.

Constata-se que a maioria das crianças e dos(as) adolescentes que estão fora da escola ou em risco de exclusão é do sexo masculino, negra, vive em família de baixa renda e tem pais ou responsáveis com pouca escolaridade. Vale ressaltar que outros grupos em risco de exclusão escolar são os quilombolas, os indígenas, as crianças e adolescentes com deficiência ou em conflito com a lei.

Em todas as faixas etárias, crianças e adolescentes pretos e pardos estão em desvantagem em relação aos mesmos grupos da população branca no acesso, mas, principalmente, na permanência na escola. Um olhar sobre o percentual de adolescentes com 16 anos com Ensino Fundamental completo permite visualizar que grupos como os mais pobres, do campo, negros e aqueles residentes nas regiões Norte e Nordeste atrasaram ou não concluíram o Ensino Fundamental nessa idade. Da mesma forma, esses grupos de estudantes apresentam taxas inferiores ao serem confrontados com outros grupos em relação à idade de conclusão do Ensino Médio (PNAD, 2017).

A qualidade da educação oferecida nas escolas é outro desafio a ser enfrentado para o bom aproveitamento e permanência das crianças e dos(as) adolescentes: da falta de escolas próximas às suas residências à precária **infraestrutura**, passando pelas condições de formação e de trabalho dos seus professores até os currículos e modos de ensinar, que, muitas vezes, não consideram a maneira como aprendem nem a sua diversidade socio-cultural.

Um dado marcante em **infraestrutura** é o número de unidades escolares com rede pública de esgoto: menos da metade (49,5%). Outros 45,9% com apenas fossa, enquanto 4,6% das escolas não têm sistema de esgoto sanitário. De acordo com o Censo Escolar de 2017, os estados da Região Norte são os mais afetados por essa carência estrutural, o que se explicaria, principalmente, pela menor presença de rede pública de abastecimento nessa região (Censo Escolar, 2017).
Fonte: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>).

A **taxa de distorção idade-série** do Ensino Médio é de 28,2%, permanecendo em patamar elevado – em 2016 o percentual era de 28,0%.

Apesar da elevada taxa de escolarização de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos, chamam atenção os resultados que indicam a inadequação entre a idade e a etapa do Ensino Fundamental frequentado. A dificuldade em progredir nos estudos tem sido um dos principais fatores de risco da permanência na escola. O baixo desempenho escolar pode levar à repetência, que, por sua vez, gera altas **taxas de distorção idade-série**.

Assim, podemos considerar em risco de abandono os estudantes que se encontram em situação de atraso escolar, ou seja, com idade superior à considerada adequada para a série que cursam.

Com base na taxa de distorção idade-série, é possível ter noção de quantas crianças e adolescentes ingressam tardiamente no Ensino Fundamental, permanecendo em situação de atraso escolar por toda a Educação Básica. De acordo com os dados levantados em 2017 pelo Inep, 3,3% dos alunos matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental em todo o Brasil têm dois anos ou mais acima da idade recomendada para a etapa. Conforme aumentam os anos de escolaridade, aumentam também os percentuais de atraso escolar: no 2º ano, a taxa de distorção idade-série aumenta para 5,3%. As maiores diferenças, no entanto, encontram-se nos chamados anos de transição entre a primeira e a segunda etapa do Ensino Fundamental e entre este nível de ensino e o Ensino Médio. No 6º ano, a **distorção idade-série** chega a **27,4%**; no 1º ano do Ensino Médio, é de **32,8%**.

A reprovação é uma das principais responsáveis pelas altas taxas de distorção idade-série e de abandono da educação no âmbito do País. No ano de **2017**, a taxa média de **reprovação** no Ensino Fundamental foi de **7,4%**, e no Ensino Médio, de **10,8%**.

Fonte: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=65921>>

Fonte: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>

Segundo dados do Censo Escolar de 2017, a taxa de abandono é outro indicador importante enfrentada por uma significativa parcela dos estudantes brasileiros. Enquanto a taxa média de abandono para os anos iniciais do Ensino Fundamental é de 0,8%, nos anos finais passa para 2,8%. No Ensino Médio, o abandono salta para 6,1%. Na zona rural, a questão do abandono é ainda mais grave: 2,8% nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e 4,9% nos anos finais. No Ensino Médio, escolas da zona rural apresentam o mais alto índice de abandono, 7,5%.

Constata-se, ao analisar os dados sobre a escolaridade das crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 17 anos, que grande parte dessa população corresponde àquela considerada pelas políticas de inclusão da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC) e, mais especificamente, é beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF), sobretudo por representar as camadas mais pobres e vulneráveis da população do País.



Caracterização de crianças e adolescentes beneficiários(as) do Programa Bolsa Família (PBF)

Veja **anexo** o documento que trata do funcionamento do **PBF**.

O **Programa Bolsa Família (PBF)**, por meio do acompanhamento da condicionalidade da educação, tem contribuído para promover a garantia do acesso e da permanência dos estudantes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social na escola desde a sua criação, em 2004.

Ao comparar os dados das matrículas divulgados pelo Inep referentes ao ano de 2017, com as matrículas dos(as) beneficiários(as) do PBF do mesmo ano, na faixa etária de 6 a 17 anos, verifica-se que quase metade, o que corresponde a 48,5%, é composta de crianças e adolescentes beneficiários(as) do Programa, e que se encontram em situação de pobreza.

Um olhar mais aprofundado, por região, evidencia que 75,07% das matrículas da Região Nordeste e 68,95% da Região Norte, na faixa etária de 6 a 17 anos de idade, são compostas por beneficiários(as) do Bolsa Família. Apesar da Região Sudeste do País congregar quase 40% das matrículas da Educação Básica, percentual semelhante às matrículas das Regiões Norte e Nordeste, dispõe de 33,13% de seus estudantes com o benefício do PBF. Os números completos dessa disparidade de acesso e renda entre as regiões brasileiras podem ser visualizados na tabela abaixo.

Tabela I: Distribuição de matrículas e beneficiários(as) do PBF por região.

ESTADO / REGIÃO	QUANT. DE MUNICÍPIOS	CENSO 2017	CENSO 2017	BOLSA FAMÍLIA	
		TOTAL DE MATRÍCULAS - CENSO ESCOLAR 2017	MATRÍCULAS NA FAIXA ETÁRIA DE 6 A 17 ANOS	TOTAL BENEFICIÁRIO(A) PBF PÚBLICO DA CONDICIONALIDADE DA EDUCAÇÃO	
				Quant.	% do perfil no Censo
			A	B	B / A
BRASIL	5.570	48.608.093	34.530.441	16.757.990	48,53%
CENTRO-OESTE	467	3.639.987	2.651.617	994.431	37,50%
NORDESTE	1794	14.338.627	10.124.522	7.600.598	75,07%
NORTE	450	5.010.901	3.694.714	2.547.405	68,95%
SUDESTE	1668	19.144.341	13.519.816	4.479.715	33,13%
SUL	1191	6.474.237	4.539.772	1.135.841	25,02%

Fonte: Censo Escolar 2017 (Inep, 2018) e Sistema Presença (BRASIL, 2017).

As crianças e os (as) adolescentes beneficiários(as) do PBF e em situação de pobreza são de baixa renda, estão em situação de pobreza e extrema pobreza e com **renda per capita inferior a R\$ 178,00 mensais²**.

Do público total do PBF, **12 milhões de famílias** têm renda per capita **inferior a R\$ 85,00**, situando-se, segundo critérios do PBF, entre os extremamente pobres (BRASIL, 2017).

² A partir de julho de 2017, as famílias com renda per capita de até R\$ 89,00 (situação de extrema pobreza) e com renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais (situação de pobreza), desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos, podem fazer parte do PBF.

Há uma forte presença de segmentos mais vulneráveis da população, com destaque para os negros, população rural, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Em 2016, a partir de dados do Cadastro Único do Governo Federal, verifica-se que 74,6% dos estudantes acompanhados pelo Sistema Presença, com escola identificada, são de origem negra. Portanto, o PBF, ao focar na população em situação de pobreza, está também focado na população negra. A tabela abaixo permite visualizar em detalhes essa realidade.

Tabela II: Raça/cor do público do acompanhamento das condicionalidades.

RAÇA/COR	Total de estudantes nascidos entre 01/01/1998 e 31/03/2010 (idade PBF em 2016)		Total de estudantes beneficiários(as) do PBF em 2016 com escola identificada		Total de estudantes de 6 a 17 anos, em 2016 (nascidos entre 01/01/1998 e 31/03/2010), não beneficiários(as) do PBF	
	A	% do Total	B	% do Total	A - B	% do Total
BRANCA	15.549.051	44,3%	3.976.133	23,9%	11.572.918	62,8%
NEGRA	19.051.115	54,3%	12.387.711	74,5%	6.663.404	36,1%
AMARELA	178.858	0,5%	74.005	0,4%	104.853	0,6%
INDÍGENA	283.364	0,8%	184.589	1,1%	98.775	0,5%
TOTAL	35.062.387	100%	16.622.437	100%	18.439.950	100%

Fonte: Censo Escolar 2016 (Inep, 2017c), Cadastro Único (BRASIL, [2017]) e Sistema Presença (BRASIL, 2018).

No ano de 2017, 16.757.990 crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos de idade, com vínculos em 137.658 escolas, foram beneficiários(as) do PBF. Importante destacar que, entre esses estudantes, são levantados dados e informações que possibilitam a produção de diagnósticos socioeducacionais e territorializados que podem subsidiar e reorientar políticas educacionais e práticas, principalmente aquelas relacionadas à gestão escolar, aos currículos escolares, ao trabalho pedagógico, à formação de professores, com vistas à inclusão escolar, entendida como garantia do direito à educação, do acesso, da permanência e da conclusão dos estudos na idade adequada de crianças e adolescentes em situação de pobreza.

Além do acompanhamento da frequência escolar mínima, sendo 85% para as crianças e os(as) adolescentes na faixa etária de 6 a 15 anos e 75% para os(as) adolescentes de 16 a 17 anos, no âmbito do PBF, são identificados os motivos de baixa frequência escolar, situações coletivas que impedem a escola de receber os alunos e outros registros de situações específicas. Para isso, foram sistematizados 24 motivos que se desdobram em **87 submotivos**.

Exemplos de motivos de baixa frequência escolar

- tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno;
- doença na família/óbito na família/óbito do aluno;
- preconceito, discriminação no ambiente escolar e *bullying*;
- gravidez;
- situação de rua;
- trabalho infantil;
- negligência dos pais ou responsáveis;
- violência/agressividade no ambiente escolar;
- exploração/abuso sexual;
- **desinteresse/desmotivação pelos estudos;**
- **abandono escolar/desistência;**
- questões sociais, educacionais ou familiares;
- envolvimento com drogas/atos infracionais;
- entre outros motivos.

No ano de 2017, em torno de 7,3 milhões de crianças e de adolescentes beneficiários(as) do PBF tiveram registros de baixa frequência escolar informados pelas suas escolas, o que representa uma média de 12,1% do público total que entrou para acompanhamento em pelo menos um período do ano, sendo que 1.926.686 tiveram, pelo menos, um registro de baixa frequência escolar identificado. No Sistema de Informação do Acompanhamento da Frequência Escolar do Bolsa Família (Sistema Presença), esses registros podem ser identificados pelos motivos específicos da escala e representam importantes alertas de risco de repetência, abandono e evasão escolar. Abaixo destacamos dois desses motivos pela relação estabelecida com os riscos descritos.

Tabela III: Registro dos motivos de baixa frequência escolar dos(as) beneficiários(as) do Bolsa Família no ano de 2017 (período letivo - 10 meses).

Motivos de baixa frequência escolar (Motivos 64 e 65)	Média de registro no ano
Desinteresse/Desmotivação pelos estudos	508.303
64 a - A escola vem agindo para identificar as causas dessa situação	496.499
64 b - A escola não tem procurado identificar as causas dessa situação	11.804
Abandono Escolar/ Desistência	496.858
65 a - A Escola vem agindo para identificar as causas desse comportamento	320.252
65 b - A Escola não tem conseguido agir em relação a essa situação	176.606

Fonte: Sistema Presença (BRASIL, 2018).

Esses dados e informações podem ser desagregados por região, estado, município e por escola, bem como pelo nome da criança e do(a) adolescente beneficiários(as) do PBF, permitindo o levantamento do histórico e das trajetórias escolares de cada um deles e do grupo familiar a que pertencem, com dados complementares que podem subsidiar um acompanhamento qualitativo pelas instituições públicas, sobretudo, no que se refere aos indicadores que sinalizam vulnerabilidades que produzem a repetência, o abandono e a evasão escolar.

Criar mecanismos para o acompanhamento das trajetórias escolares torna-se uma ação estratégica para a Secadi/MEC, tendo em vista a sua finalidade de contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva e dos direitos humanos, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais, segundo os princípios da equidade, do enfrentamento à violência, intolerância e discriminação.

Nesse sentido, propõe-se a criação da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades, tendo como referência: 1) os dados apresentados no contexto de análise dos processos de aprovação, reprovação e desistência escolar, no âmbito da educação brasileira; 2) a relação desses dados com os resultados e informações produzidos no âmbito do PBF.



A Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades

Os dados e informações produzidos no âmbito do acompanhamento da frequência escolar dos(as) beneficiários(as) do PBF representam importantes diagnósticos que podem subsidiar o poder público na busca de soluções para o enfrentamento de fenômenos educacionais, como a repetência, o abandono e a evasão escolar. Os motivos de baixa frequência escolar de crianças e adolescentes, beneficiários(as) do PBF, podem ser importantes indícios/sinais de vulnerabilidade social e expressam possíveis causas desses fenômenos educacionais.

A Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades parte, portanto, dessa premissa ao sinalizar a necessidade de reflexão e implementação de ações voltadas para a superação dos principais **indicadores de alerta e risco** que têm permeado as trajetórias escolares dessas crianças e adolescentes no País, sendo eles: **a repetência, o abandono e a evasão escolar**.

Assim, a Iniciativa organiza-se em torno de três dimensões:

1

**Articulação de
redes intersetoriais e
formação continuada**

2

**Interface com
políticas, projetos e
ações**

3

**Acompanhamento
das trajetórias
escolares**

Articuladas entre si, essas dimensões têm o objetivo de materializar ações que possam contribuir para o enfrentamento e a superação de desigualdades na educação brasileira, com vistas a construção da equidade nas políticas educacionais e nos contextos escolares.

1) Articulação de redes intersetoriais e formação continuada

Esta dimensão desdobra-se em dois aspectos essenciais: o primeiro está relacionado à articulação interna, isto é, à criação de processos compartilhados de comunicação que envolvam trocas de informações, experiências, sinergia entre diversos setores de atuação sobre políticas e ações estratégicas para a inclusão e permanências de crianças e adolescentes beneficiários(as) do PBF no sistema escolar. A maior conexão (nexos) entre os órgãos e seus programas pode oportunizar uma melhor compreensão do fenômeno (exclusão/inclusão) e uma atuação mais abrangente e qualificada, subsidiada pelos indicadores de alerta e risco. Já o segundo aspecto diz respeito à articulação externa, aquela voltada para a criação de redes cada vez mais fortes e integradas entre as secretarias e os ministérios – em âmbito federal – e os municípios e estados.

A noção de intersetorialidade surge associada ao conceito de rede, como uma nova concepção de gestão contrária à setorização e à especialização, ao trazer a ideia da integração, da articulação dos saberes e dos serviços, da formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos. Essa proposta pretende inovar com uma lógica de gestão pública, que busque superar a fragmentação das políticas. Acredita-se que a ação intersetorial entre as políticas proporciona um olhar mais amplo e integral às demandas das populações – nesse caso específico, de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 17 anos, beneficiários(as) do PBF. A intersetorialidade diferencia-se da ideia de simples relações entre políticas por envolver planejamentos coletivos, alterações na dinâmica, nos processos e no conteúdo das políticas. Uma das possíveis mudanças é compreender os fenômenos da exclusão escolar (repetência, reprovação e abandono) a partir de uma visão interdisciplinar, integrada e integral, cujo enfrentamento deve ser articulado, envolvendo as várias políticas públicas, projetos e ações.

Nessa dimensão, entende-se que o exercício do trabalho articulado – entre os setores envolvidos no nível federal e mais amplamente com as outras instâncias de governo que fazem parte da rede do PBF – tem um forte caráter formativo e continuado que fortalece as ações realizadas. Além dessa formação, dentro do movimento das ações conectadas, entende-se que estas podem ser ampliadas por meio de seminários internos, expandindo-se para regionais, estaduais e municipais. Pretende-se que os participantes se apropriem da potencialidade dos dados, das informações e dos materiais pedagógicos disponíveis na Plataforma Acompanhamento das Trajetórias Escolares e, posteriormente, os utilizem nos seus contextos em conformidade com as realidades locais.

A compreensão de indicadores de alerta e risco, bem como dos fatores e contextos que dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes à escola, é fundamental e central para que os profissionais da educação, em articulação com as redes de proteção social e o poder público constituído, possam buscar estratégias intersetoriais para garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada de crianças e adolescentes beneficiários(as) do PBF.

2) Interface com políticas, projetos e ações

Esta dimensão da Iniciativa traz o desafio de provocar a interlocução e a proposição de políticas, projetos e ações em parceria com outros órgãos da gestão pública que respondam às necessidades das populações a serem beneficiadas e que considerem sua realidade sociocultural. O objetivo dessa dimensão é construir parcerias intersetoriais e interdisciplinares, especialmente nas áreas da educação, saúde e assistência social para o enfrentamento da exclusão escolar.

A ideia central desta dimensão é conectar políticas, projetos e ações existentes no governo federal, nos estados, nos municípios e, dentro deles, nas escolas e territórios a partir das relações e respostas estabelecidas aos diagnósticos socioeducacionais gerados pelo acompanhamento das trajetórias escolares no âmbito do PBF. A socialização e o compartilhamento de soluções, desafios e dificuldades – expressos em políticas das esferas federal, estaduais e municipais – pode potencializar o enfrentamento da exclusão escolar. Ao disponibilizar e articular em rede as informações referentes aos indicadores de alerta e risco, categorizados em torno dos motivos de baixa frequência, e os programas e ações desenvolvidos nas diferentes instâncias políticas (estadual, municipal, local), acredita-se ser possível ter informações que permitam a adesão desses segmentos e respostas mais qualificadas para o enfrentamento das situações evidenciadas no acompanhamento das trajetórias escolares. Nesta dimensão, também será prioridade disponibilizar em rede experiências desenvolvidas nas/pelas escolas, levantadas a partir da articulação com os indicadores e os motivos da baixa frequência.

3) Acompanhamento das trajetórias escolares

Nesta dimensão situam-se os indicadores de acompanhamento das trajetórias escolares e a socialização de ações e resultados alcançados no âmbito da Iniciativa.

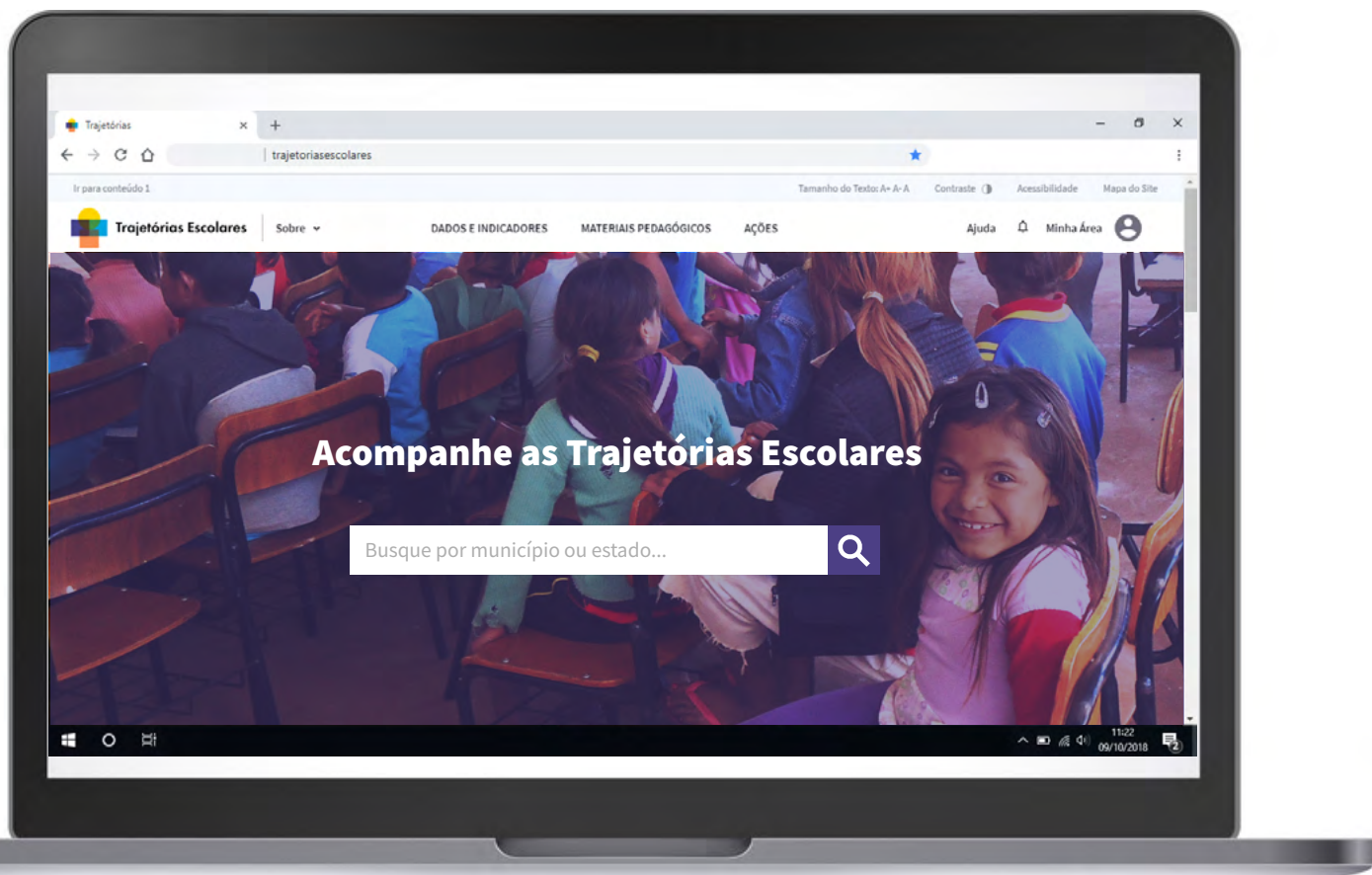
Para dar visibilidade, identificar e acompanhar as situações de vulnerabilidade que demandam maior atuação do poder público, foi formulado, pela Secadi/MEC, indicadores de alerta e risco das Trajetórias Escolares que consideram um conjunto de motivos de baixa frequência escolar e a reiteração da sua ocorrência, bem como outras situações no acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes beneficiários(as) do PBF. Foram concebidos como indicadores:

a) propensão ao abandono: situação em que o estudante apresenta baixa frequência em períodos consecutivos, indicando afastamento do contexto escolar. Essa circunstância pode contribuir para o aumento das taxas de reprovação, abandono e evasão escolar e, conseqüentemente, pode dificultar a progressão nos estudos, produzindo a distorção idade-série;

b) abandono escolar: desistência do estudante com matrícula regular no ano letivo antes de seu término. No acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes beneficiários(as) do PBF, a escola identifica essa situação, registrando os “submotivos” 65a e 65b, que tratam desse aspecto;

c) sem vínculo escolar: situação em que crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos, beneficiários(as) do PBF, são identificados pelos sistemas de ensino na situação sem vínculo escolar, ou seja, sem matrícula nas instituições escolares. A Coordenação Municipal do PBF na educação é a área responsável pela identificação dessa ocorrência e pelo registro de um dos 12 “submotivos” agrupados no Motivo 72;

d) violação de direitos: no acompanhamento da frequência escolar dos(as) beneficiários(as) do PBF, considera-se que as situações que dificultam o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada caracterizam-se, por si só, como violação aos direitos de crianças e adolescentes em situação de pobreza. No entanto, alguns motivos estão relacionados a situações de violência, abuso sexual, discriminação e risco social, sinalizando circunstâncias mais graves e que demandam ação imediata do poder público com vistas ao seu enfrentamento e superação. Considera-se que, nesses casos, há indícios de risco iminente à integridade física e psicológica do estudante, com reflexos em sua trajetória escolar. Na lista de motivos de baixa frequência, situações coletivas e outros registros foram identificados 13 “submotivos” que a escola pode registrar com referência a essas situações.



Plataforma Acompanhamento de Trajetórias Escolares: dando visibilidade às ações da Iniciativa

A Plataforma Acompanhamento de Trajetórias Escolares constitui-se como uma estratégia da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades que tem como objetivo materializar e dar visibilidade às atividades da Iniciativa em âmbito nacional.

Essa ferramenta permitirá integrar dados e informações de diferentes fontes, tais como o Sistema Presença, o Cadastro Único, o Censo Escolar, assim como conteúdos formativos, permitindo a publicização de projetos intersetoriais com informações sistematizadas para as escolas, a fim de auxiliar os educadores, gestores escolares e profissionais que atuam nos níveis de ensino, entre outros sujeitos envolvidos com a Educação Básica.

A organização e o entendimento de dados que retratem as trajetórias escolares de crianças e adolescentes, a partir dos indicadores definidos, podem mobilizar novas iniciativas que visem garantir o direito à educação de forma universalizada, com respeito à diversidade. Nessa Plataforma, a formação continuada dos profissionais que atuam na implementação de políticas públicas voltadas para as populações atendidas pelo Programa, em especial os profissionais da área de educação, é primordial. Por meio da formação, acredita-se ser possível instrumentalizar os profissionais para reconhecerem os problemas e criarem alternativas de ação no seu contexto local.

A Plataforma está organizada em três eixos, integrados entre si e com as dimensões da Iniciativa Trajetórias Escolares.

Eixo I:
**Integração
de dados e
informações**

Eixo II:
**Materiais
pedagógicos**

Eixo III:
**Programas,
projetos
e ações**

Eixo I: Integração de dados e informações

O Eixo I possibilitará integrar e cruzar os dados dos diferentes sistemas que acompanham as trajetórias escolares de crianças e adolescentes no País, tais como: o Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do Bolsa Família (Sistema Presença), o Cadastro Único (MDS) e o Censo Escolar (Inep), viabilizando a criação de um mapa situacional de crianças e adolescentes beneficiários(as) do PBF, assim como das suas instituições escolares em todo o território nacional. Para isso, esse Eixo está organizado a partir dos indicadores de alerta e risco para as trajetórias escolares (propensão ao abandono; abandono escolar; sem vínculo escolar; violação de direitos e risco social), com detalhamento sobre os motivos e submotivos de baixa frequência.

Para cada um desses indicadores, gerados a partir da análise da base de dados do Sistema Presença, serão construídos mecanismos de alertas automatizados, de modo a informar os abandonos e evasões escolares às escolas e demais instâncias envolvidas nas ações de acompanhamento dos riscos e da iminência de fatores como a repetência escolar. Cada um desses indicadores será agrupado pelos motivos de baixa frequência escolar, elencados a partir dos estudos realizados pela Secadi/MEC (2017).

Os usuários da plataforma poderão acessar os dados de forma customizada, de acordo com seus interesses de análise ou perfil. As funcionalidades ali presentes permitirão a comparação de dados e indicadores globais (universo do atendimento do PBF), por nível de ensino (federal, estadual, municipal) ou dados diretamente da escola, com a possibilidade de utilizar filtros que permitam acessar e cruzar dados específicos (sexo, etnia, faixa etária). A integração de dados e informações é um eixo articulador dos demais, pois integra diferentes bases de dados, potencializando reflexões, discussões e ações em contextos diversos, subsidiando as ações de formação do Eixo II - Materiais Pedagógicos e do Eixo III - Ações que tratam da interface de programas, projetos e ações e de Projetos Intersetoriais nas escolas, bem como o desenvolvimento de outras ações da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades.

Eixo II: Materiais pedagógicos

Este eixo tem como objetivo criar e disponibilizar materiais formativos para subsidiar e orientar ações de formação voltadas aos profissionais da educação que atuam em contextos escolares. Serão disponibilizados módulos com conteúdos e práticas que oportunizem pensar e organizar ações de enfrentamento aos problemas relativos às trajetórias escolares de crianças e adolescentes participantes do PBF para os profissionais da educação envolvidos no fenômeno. Os materiais pedagógicos têm como foco a problematização das situações vivenciadas pelos profissionais, expressas nos dados coletados pelos sistemas de informação, e a busca de reflexão e ações que sensibilizem e mobilizem os contextos locais de atuação dos diferentes agentes do PBF ao fornecer subsídios para políticas, projetos e ações locais e intersetoriais

Os materiais pedagógicos na Plataforma se organizarão a partir da concepção pedagógica de trilhas, junção de um determinado número de módulos dentro de uma temática específica, o que permitirá o estudo tanto de um único módulo a partir de determinada demanda de formação como dentro de uma proposta mais completa de estudo. A intenção é que esses materiais possam ser acessados e estudados de diferentes formas: estudo individualizado (autoformação), estudo de coletivos na escola, processo de formação institucional (curso de formação continuada oferecido pela escola ou Secretarias de Educação, curso de especialização, aperfeiçoamento ou extensão, entre outros). Enfim, o objetivo é subsidiar processos de formação continuada individuais ou coletivos.

Assim, os materiais pedagógicos da Plataforma buscam problematizar não apenas os problemas relacionados à frequência escolar de crianças e adolescentes em situação de pobreza, mas, sobretudo, as visões dos seus professores e gestores acerca desse fenômeno. Mais especificamente, busca-se problematizar os limites explicativos, perceptivos e as proposições reducionistas diante desse fenômeno. Dessa forma, as temáticas dos conteúdos estão relacionadas com os problemas da frequência escolar de alunos em situação de pobreza, intrinsecamente relacionadas com os motivos de baixa frequência.

Neste eixo, os usuários poderão salvar seus materiais favoritos, acompanhar o seu ritmo de leitura e estudo dos conteúdos disponíveis, receber recomendações de materiais, compartilhar materiais e trilhas. A área de gestão da plataforma permite também que esse espaço possa ser atualizado com novos materiais pedagógicos (temáticas e trilhas formativas) de forma contínua, pois a geração de dados e informações do Eixo I possibilitará a emergência de novas temáticas que podem desencadear diferentes processos de formação continuada dos profissionais envolvidos com as ações do acompanhamento das trajetórias escolares.

De maneira geral, acredita-se que a estratégia de organizar materiais pedagógicos mais focados e em uma combinação de formações que podem ocorrer tanto a distância quanto presencialmente permite uma adequação às demandas dos interessados, o que pode aumentar o interesse e o aproveitamento dos conteúdos disponibilizados na Plataforma pela Secadi/MEC. Assim, os materiais pedagógicos são desenvolvidos buscando considerar as situações-problema vivenciadas pelos profissionais de educação ao tratarem da frequência escolar dos(as) estudantes beneficiários(as) do PBF. Essas situações-problema e as percepções, explicações e ações recorrentes sobre elas estarão relacionadas aos motivos de baixa frequência escolar. Tanto os motivos de baixa frequência, que são parte de estudos desenvolvidos pela Secadi/MEC, como as percepções, explicações e ações recorrentes diante das situações relacionadas aos motivos, serão articuladores e objeto de reflexão e aprofundamento nos materiais pedagógicos.

A elaboração dos materiais pedagógicos, desde a definição de temas e de especialistas parceiros na escrita de conteúdo, até o desenvolvimento dos materiais por meio de diferentes linguagens, e sua disponibilização na plataforma digital, foi realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Secadi/MEC.



Blocos temáticos e seus desdobramentos nos módulos

1. Organização do trabalho pedagógico na perspectiva das trajetórias escolares

- a) Sujeitos, diversidades e direitos.
- b) Saberes, práticas pedagógicas e currículos.
- c) Educação e diversidades: experiências exitosas.

2. Violação de direitos e risco social

- a) Violências nas trajetórias escolares.
- b) Trabalho infantil.
- c) Trajetórias de crianças e adolescentes com deficiência e dificuldades de acesso à educação escolar.

3. Saúde e atenção integral

- a) Prevenção ao uso problemático das drogas em território educativo.
- b) Educação sexual e gravidez na adolescência.
- c) Atenção integral à saúde da criança e do(a) adolescente.

4. Escola, família e comunidade

- a) Educação escolar e vínculos familiares.
- b) Família, escola e situações de vulnerabilidade socioeducacional.
- c) Educação escolar, comunidade e territórios educativos.

Eixo III: Programas, projetos e ações e Projetos Intersetoriais na escola

O Eixo III disponibiliza ferramentas que têm o objetivo de viabilizar o diálogo permanente, o acesso à informação e favorecer a articulação de ações intersetoriais para o combate à exclusão escolar a partir das trajetórias de crianças e adolescentes beneficiários(as) do PBF. Neste Eixo, a intenção é dar visibilidade e publicizar programas, projetos e ações, implantados pelas esferas federal, estadual e municipal, e que respondam aos desafios apresentados pelos indicadores de alerta e risco social, bem como as ações das redes de ensino que contribuam para a permanência de crianças e adolescentes até a conclusão da escolaridade obrigatória. Nesse sentido, serão divulgadas, especialmente, as ações empreendidas pela Secadi/MEC no contexto da Iniciativa. Vale ressaltar que serão disponibilizadas informações e acesso a programas, projetos e ações que estabelecem relações com os motivos de baixa frequência e com os indicadores de alerta e risco. O esforço é dar visibilidade a setores, tais como: educação, saúde, assistência social, entre outros, que atuam na área da Iniciativa.

Ações

Tenha acesso às ações empreendidas pela Secadi/MEC no contexto da Iniciativa. Informações e acesso a programas, projetos e ações que estabelecem relações com os motivos de baixa frequência e com os indicadores de alerta e risco.

Filtros

Tipo de Ação

- ☒ Programas, Projetos e Ações
- ☐ Projetos Intersetoriais na Escola

Localização

Santa Catarina

Indicadores

- ☐ Propensão ao Abandono
- ☐ Situação de Abandono
- ☐ Sem Vínculo Escolar
- ☐ Violação de Direitos

[Limpar todos os filtros](#)

12 resultados encontrados Mostrando 1-4 de 12

00/00/0000
Programas, Projetos e Ações

Livro Acessível

O programa Livro Acessível visa promover acessibilidade aos estudantes com deficiência visual, auditiva e autismo, matriculados na rede...

Propensão ao Abandono Sem Vínc. Escolar
Violação de Direitos

Joinville-SC — 00/00/0000
Programas, Projetos e Ações

Escola Acessível

A Escola acessível visa atender os estudantes com necessidades especiais a partir de promoções de acessibilidade ao ambiente físico...

Propensão ao Abandono Sem Vínc. Escolar
Violação de Direitos Situação de Abandono

00/00/0000
Programas, Projetos e Ações

Livro Acessível

Joinville-SC — 00/00/0000
Programas, Projetos e Ações

Escola Acessível

Protótipo
da página
de Ações da
Plataforma

Considerações Gerais

Políticas sociais e educacionais

têm contribuído de forma estratégica para reforçar o estatuto da federação que tem como um de seus objetivos fundamentais, segundo o Art. 3º, da Constituição Federal de 1988: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1988).

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
Programa do Transporte Escolar (PNTE);
Programa do Livro Didático (PNLD);
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
Programa Bolsa Família (PBF); e outros.

Nesse cenário, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC) é responsável pelo acompanhamento da frequência escolar de 16,7 milhões de crianças e adolescentes em situação de pobreza, beneficiários(as) do PBF, oriundas das camadas mais pobres da população do País.

O PBF destaca-se como um dos principais programas de inclusão social do Brasil, tendo em sua concepção a educação como um direito, inscrevendo nas políticas sociais e nos marcos normativos a exigência do seu reconhecimento, sobretudo por se tratar do direito à educação de crianças e adolescentes em situação de pobreza.

A formulação e implantação da Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades tem a finalidade de contribuir com a reflexão, discussão e enfrentamento dos principais fatores (repetência, abandono e evasão) que têm dificultado o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade adequada de crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos de idade, em situação de pobreza. O propósito da Iniciativa é promover a garantia do direito de acesso, da permanência e da progressão nos estudos dessas crianças e desses(as) adolescentes, para que possam concluir o Ensino Fundamental e Médio na idade apropriada. A Iniciativa visa, ainda, criar espaços de articulação institucional, de formação continuada e de interface com políticas, projetos e ações voltados para os profissionais da educação e outros envolvidos com as políticas sociais e com a gestão educacional dentro das definições das suas três dimensões:

a) articulação de redes intersetoriais e formação continuada; b) interface com políticas, projetos e ações; e c) acompanhamento das trajetórias escolares.

Tem-se a convicção de que os dados gerados a partir do acompanhamento da frequência escolar do PBF realizado pela Secadi/MEC, por meio da Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania e da Coordenação Geral de Acompanhamento de Inclusão Escolar, podem contribuir com a plena identificação de fatores e causas importantes que têm, histórica e socialmente, contribuído para os altos índices de reprovação, abandono e evasão escolar e impedido o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na idade apropriada de crianças e adolescentes em situação de pobreza. Nessa proposta, os olhares voltam-se para aqueles cujas trajetórias são marcadas pela distorção idade-série, repetência, abandono e evasão escolar. O acompanhamento escolar de crianças e adolescentes, por parte da escola e de outros setores, como a saúde e a assistência social, é que permitirá que as políticas públicas possam alcançar todos os estudantes assegurando-lhes os direitos de trajetórias bem sucedidas durante o percurso da Educação Básica. Os motivos de baixa frequência sinalizam para fenômenos complexos e multideterminados que exigem atuações intersetoriais e das redes de proteção social.

Sendo uma das ações prioritárias da Iniciativa, a Plataforma Trajetórias Escolares possibilitará a conexão e integração de diversas bases de dados utilizadas pela Secadi/MEC e, assim, poderá gerar novos indicadores, novas possibilidades de visualização de relatórios que possam articular cada vez mais as informações para os atores envolvidos com a Iniciativa. Há possibilidade de associar cada vez mais as informações do Sistema Presença com aquelas oriundas do Censo Escolar (Inep, [2018]) e do Cadastro Único (BRASIL, [2017]).

Ao finalizar este documento, considera-se importante reiterar que este é um projeto complexo, dada a sua natureza, o que exigirá de todos os envolvidos processos permanentes de ressignificação e (re)construção. As contribuições aqui apresentadas têm a intenção de impulsionar a construção de uma política educacional que venha a melhorar a vida dos mais vulneráveis dentre os vulneráveis, que são os meninos e as meninas aos quais se procura dar visibilidade e voz neste projeto. Esse é o grande desafio que move e anima todos os sujeitos atuantes na rede do PBF na busca de enfrentar e superar essas grandes desigualdades nacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). **Relatórios de Informações Sociais:** RI Bolsa Família e Cadastro Único. Brasília, [2017]. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=153>>. Acesso em: 15 mar. de 2018.

_____. **Sistema Presença.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/controller/login/efetuarLogin.php>>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **PNE em movimento:** situação das metas dos planos. Brasília: MEC/SIMEC, [2016]. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

_____. **Planejando a próxima década:** conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC/SASE, 2014, 63p. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2013, 562 p.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica:** Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2013, 480 p.

_____. Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil.** Brasília, DF: UNICEF, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2014, p. 192. Disponível em: <http://www.foradaescolanaopode.org.br/downloads/Livro_O_Enfrentamento_da_Exclusao_Escolar_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. **Conferência Mundial sobre Educação para Todos.** Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 24 out. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** trabalho infantil 2016. Janeiro: IBGE, 2017, 8p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101388>>. Acesso em: 29 nov. 2017

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios:** síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016, 108p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016.** Brasília: Inep, 2017a. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Indicadores educacionais:** conceitos, desenvolvimento e disponibilidade. Brasília: Inep, ago. 2017b.

_____. **Censo Escolar 2016 reforça desafios para universalização no Brasil.** Brasília: Inep, 2017c. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censo-escolar-2016-reforca-desafios-para-universalizacao-da-educacao-no-brasil/21206>. Acesso em: 15 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Censo escolar 2017. In: _____. **Microdados.** Brasília: Inep, [2018].

UNESCO. CONSED. **Educação para Todos:** o compromisso de Dakar. Brasília: UNESCO, CONSED, 2001. 70p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

UNICEF. **Cenário de Exclusão Escolar no Brasil.** Brasília: 2017. 16 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_36288.html>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ANEXO

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

O que é o Programa Bolsa Família (PBF)?

Criado em 2004, por meio da Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004, o PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, voltado para as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com renda per capita inferior a R\$ 178,00¹, em todo o território nacional. O Programa se estrutura em torno de três eixos principais: a) a transferência de renda; b) as condicionalidades; c) e as ações complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações complementares objetivam o desenvolvimento de capacidades das famílias e a superação de sua situação de vulnerabilidade.

O que são as condicionalidades do PBF?

Previstas no Art. 3º da Lei n.º 10.836/2004, as condicionalidades representam as contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias para a manutenção do benefício: realização de exame pré-natal; acompanhamento nutricional; acompanhamento de saúde; frequência escolar de 85%, em estabelecimentos de ensino regular, de crianças e adolescentes de seis a quinze anos, e de 75% da carga horária escolar mensal de adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos. Essas condicionalidades envolvem as áreas de educação, saúde e desenvolvimento social do Governo Federal.

¹ A partir de julho de 2018, podem fazer parte do PBF as famílias com renda per capita de até R\$ 89,00 (situação de extrema pobreza) e com renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais (situação de pobreza), desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

As condicionalidades do PBF são mecanismos de reforço ao exercício de direitos básicos de cidadania nas áreas da educação, saúde e assistência social. Sua formulação teve como base o entendimento de que os problemas vivenciados pelas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza não se traduzem exclusivamente na limitação da renda. Tais problemas estão, geralmente, associados ao reduzido exercício dos direitos de cidadania e a poucas oportunidades de acesso a uma melhor qualidade de vida por meio dos serviços sociais básicos, cujo exemplo central é o acesso à educação.

O acompanhamento de condicionalidades permite ao poder público mapear os principais problemas vivenciados pelas famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, relacionados à oferta dos serviços de educação e saúde, e identificar as áreas e as ocorrências de maior vulnerabilidade. Com isso, é possível construir diagnósticos sociais territorializados e implementar medidas que contribuam para orientar as ações de governo de forma intersetorial, principalmente no âmbito das políticas sociais.

Quem são os responsáveis pela gestão do PBF e pelas condicionalidades?

A gestão das condicionalidades é realizada por meio da articulação entre a gestão do PBF e as áreas de educação, saúde e assistência social. Cabe ao Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a gestão nacional do PBF e das condicionalidades, em articulação com o Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério da Saúde (MS). É responsabilidade desses ministérios promover a articulação intersetorial e intergovernamental e o apoio institucional aos estados e municípios, para o acompanhamento de condicionalidades das famílias mais vulneráveis.

O que são as condicionalidades da educação?

As condicionalidades da educação são de responsabilidade do MEC e se referem ao acompanhamento da frequência escolar mínima obrigatória de 16,7 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 17 anos, sendo 85% para a faixa etária de 6 a 15 anos e 75% para a faixa etária de 16 e 17 anos. Veja a figura a seguir:

A condicionalidade da educação do PBF: exigência da frequência escolar mínima

85%

Os beneficiários de **6 a 15 anos** de idade precisam cumprir a frequência escolar mínima de 85%.

75%

Os beneficiários de **16 e 17 anos** de idade precisam cumprir a frequência escolar mínima de 75%.

Nos casos em que os beneficiários do PBF não cumprirem a frequência escolar mínima, a escola informa o motivo de baixa frequência.

Esse acompanhamento é realizado ao longo de cinco períodos do ano (fevereiro/março, abril/maio, junho/julho, agosto/setembro e outubro/novembro). Veja a seguir o Calendário do Acompanhamento das Condicionalidades da Educação do ano de 2018.

CALENDÁRIO DO ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DA EDUCAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 2018



Períodos de Referência (Ano/Mês)	Período de coleta e registro da Frequência Escolar do Bolsa Família			Quantidade de dias	
	Abertura para impressão de formulários	Abertura para registro da frequência escolar	ENCERRAMENTO (Fechamento do Sistema Presença)	Total de dias	Dias úteis
P18.1 (Fevereiro e Março)	14/03/2018	01/04/2018	26/04/2018	44	31
P18.2 (Abril e Maio)	17/05/2018	01/06/2018	28/06/2018	43	30
P18.3 (Junho e Julho)	16/07/2018	01/08/2018	23/08/2018	40	30
P18.4 (Agosto e Setembro)	18/09/2018	01/10/2018	30/10/2018	43	30
P18.5 (Outubro e Novembro)	14/11/2018	30/11/2018	21/12/2018	38	27

E-mail: frequenciaescolar@mec.gov.br
Telefone: (61) 2022-9171 – Atendimento das 08:00 às 20:00
Tutorial Multimídia do Sistema Presença: <http://tutorialpresenca@mec.gov.br>

Ministério da Educação – MEC
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI
Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania – DPEDHUC
Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar – CGAIE

Para a sua consecução, o MEC, por meio da Secadi/DPEDHUC/CGAIE, em parceria com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e do Distrito Federal, mobiliza, bimestralmente, uma rede de, aproximadamente, **56 mil profissionais da educação**, responsáveis pela coleta e registro da frequência escolar dos beneficiários(as) do PBF por meio de protocolos, procedimentos e metodologias específicos no Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do Bolsa Família (Sistema Presença)². Veja tabela a seguir:

Tabela I: Número de profissionais da educação responsáveis pelo acompanhamento da frequência escolar do Bolsa Família.

Profissionais da educação responsáveis pelo acompanhamento da frequência escolar do Bolsa Família	Número de profissionais por atribuição
Coordenadores Municipais	5.570
Operadores Municipais Auxiliares	9.035
Operadores Escolares	36.886
Dirigentes Municipais de Educação	4.265
Coordenadores Estaduais	26
Operadores Estaduais Auxiliares	497
Operadores Federais (MEC/MDS)	93
Total	56.372

Fonte: Sistema Presença (MEC, 2018).

E quando os beneficiários(as) do PBF não cumprem a frequência escolar mínima exigida, o que acontece?

Nos casos em que as crianças e os(as) adolescentes, beneficiários(as) do PBF, não cumprem a frequência escolar mínima, as instituições escolares informam os motivos de baixa frequência, as situações que impedem esses estudantes de frequentarem as escolas e outros registros de situações específicas. Para além desses casos, os sistemas municipais informam a situação dos beneficiários(as) do PBF que podem estar sem vínculo escolar.

² O Sistema Presença e o Tutorial Multimídia do Sistema Presença estão disponíveis em: <<http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/controller/login/efetuarLogin.php>>.

Importante ressaltar que as situações de descumprimento de condicionalidades repercutem no pagamento do benefício às famílias do PBF e são de responsabilidade da gestão do MDS.

Para isso, o MEC elaborou uma lista de 24 motivos e 87 submotivos de baixa frequência escolar, elencando situações coletivas que impedem o aluno de frequentar a escolar, outros registros de situações específicas e os beneficiários(as) sem vínculo escolar. Esses dados e informações representam importantes mapas e diagnósticos socioeducacionais e territorializados, tendo sido também um dos principais indicadores da situação de agravamento da vulnerabilidade social em que se encontram as famílias beneficiadas pelo PBF.

Acesse o link abaixo e confira a **lista de motivos de baixa frequência com os resultados do ano de 2017**:

<https://drive.google.com/file/d/1rY7uj1KEKTDnkXcAPwznoYf-rhS-cYYx/view?usp=sharing>

SECRETARIA DE
**EDUCAÇÃO CONTINUADA,
ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

